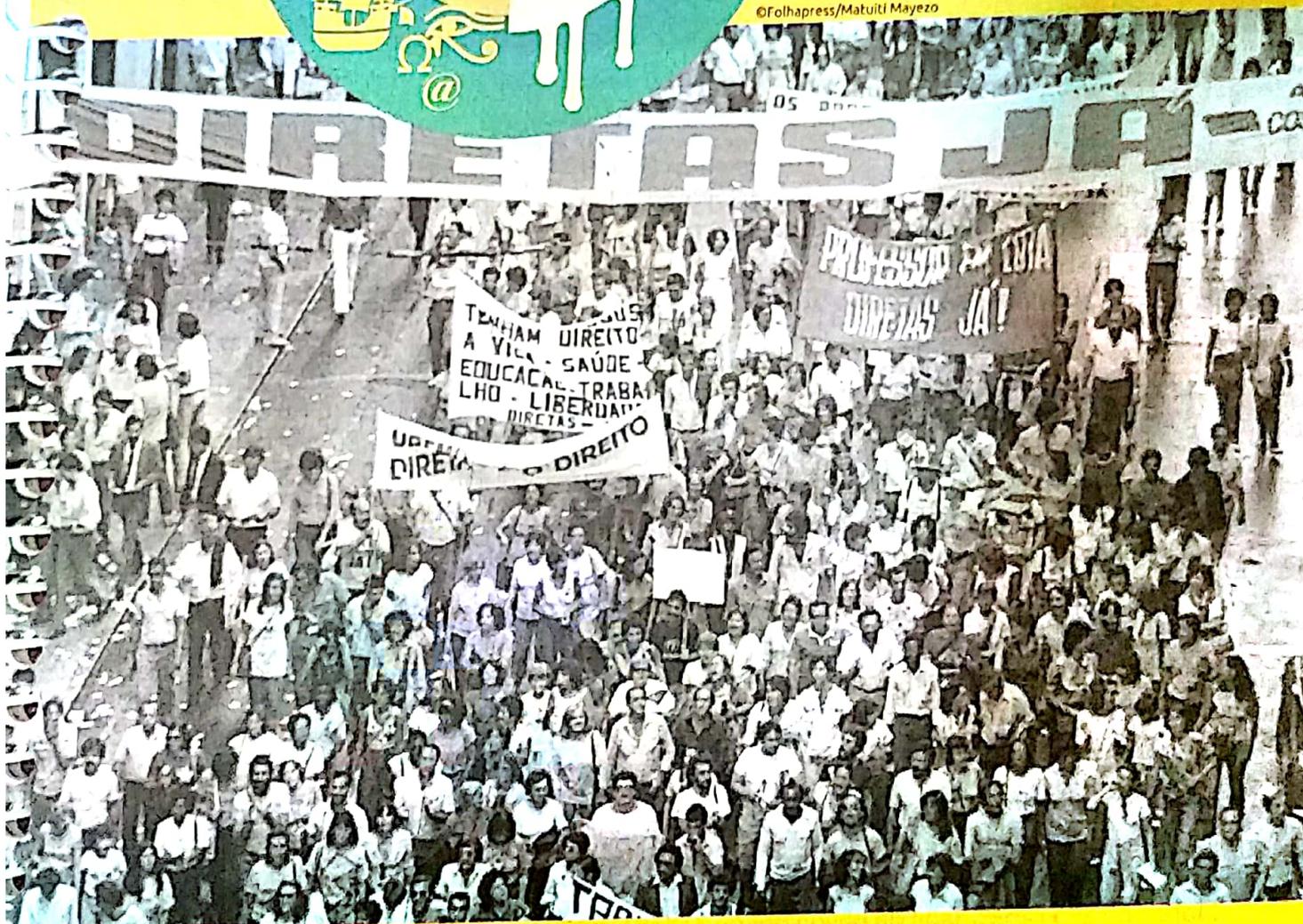




1 Justificativa da seleção de conteúdos.

## Brasil: Nova República

©Folhapress/Matulti Mayezo



MAYEZO, Matulti. *Passanta pelas Diretas Já*. 1984, 1 fotografia, p&b.



### O que você vai conhecer

- Abertura política e redemocratização
- Eleição de 1989
- Itamar Franco e o Plano Real
- O Brasil no século XXI
- A sociedade brasileira na atualidade

Analise a fotografia desta página e responda às seguintes questões: O que os dizeres presentes na imagem significam? Durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil, a população votava? Por que eleições livres são importantes para um governo democrático?

2 Sugestão de abordagem do conteúdo.

## Objetivos do capítulo

- Compreender as mudanças políticas, econômicas e sociais que permitiram a abertura democrática no Brasil.
- Analisar a Constituição de 1988, ressaltando a noção de cidadania e o esforço para a formação de uma sociedade com direitos iguais para todos.
- Analisar os acontecimentos políticos que envolveram as eleições presidenciais de 1989 e suas consequências.
- Conhecer os principais fatos que marcaram as gestões dos presidentes da Nova República, destacando as mudanças econômicas.
- Compreender a conjuntura política do Brasil no século XXI e a nova configuração de nossa sociedade.

O Golpe de Estado de 1964 no Brasil estabeleceu governos militares no país até 1985. Durante esse período, mesmo sendo proibidas as manifestações contrárias ao governo, inclusive por Atos Institucionais, como o AI-5, parte da população brasileira promoveu movimentos contra a permanência dos militares no poder.

## Abertura política e redemocratização

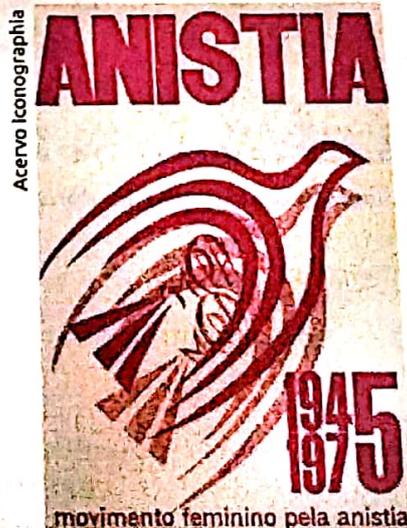
O processo de abertura política e redemocratização do Brasil teve início com o governo do general Ernesto Geisel, que assumiu como presidente da República em 1974. Contudo, a repressão e a perseguição política continuaram existindo.

Em várias frentes, a população passou a demonstrar descontentamento com o regime. Em 1975, a morte do jornalista e então diretor da TV Cultura Vladimir Herzog dentro do DOI-Codi em São Paulo gerou grande comoção na sociedade civil. Uma cerimônia ecumênica em sua homenagem, na Catedral da Sé, se transformou em ato político, evidenciando a insatisfação da população.

O novo Sindicalismo, principalmente nas regiões de grande produção metalúrgica, como no caso do ABC Paulista, demonstrou alta capacidade de envolvimento político e de mobilização. Os sindicatos realizaram greves de grandes proporções entre 1978 e 1980, exigindo melhores condições de trabalho, mas também fazendo fortes críticas ao governo militar.

A década de 1970 ainda contou com um movimento dos povos indígenas brasileiros na luta pela garantia de terras e direitos básicos.

3 Aprofundamento de conteúdo para o professor.



MOVIMENTO Feminino pela Anistia. 1975. 1 cartaz, color.

Em 1975, o Movimento Feminino pela Anistia (MFWA), elaborado pela ex-prisioneira política Therezinha Zerbini, foi apresentado no Congresso do Ano Internacional da Mulher, realizado pela ONU na Cidade do México. No Brasil, Therezinha Zerbini articulou um manifesto nacional, reunindo mães e familiares de presos políticos e de exilados brasileiros. O MFWA foi a primeira organização a defender abertamente a anistia no país.

Ficava cada vez mais claro que a insatisfação política não vinha apenas dos setores sociais que tradicionalmente contestavam a ditadura, como o intelectual.

## Os passos da abertura política

Em 1979, o general João Figueiredo, eleito pelo colégio eleitoral, assumiu a presidência com o compromisso de dar continuidade à abertura política iniciada pelo seu antecessor, Ernesto Geisel. Três medidas iniciais do novo governo foram importantes nesse processo:

- A revogação do AI-5, promovida pelo Congresso no início de 1979, ainda no governo Geisel.
- A reforma eleitoral e partidária, que acabava com o bipartidarismo, abrindo espaço para o surgimento de novos partidos.
- A aprovação da Lei da Anistia.



Posse do presidente João Figueiredo em 15 de março de 1979, em sessão conjunta do Congresso Nacional

Havia, por parte dos militares, a necessidade de promover uma abertura política controlada, sem permitir grandes transformações políticas no país. Um exemplo dessa proposta foi a forma como a própria Lei da Anistia foi aprovada. Leia, a seguir, um trecho sobre o assunto.

A anistia no Brasil tem, portanto, um caráter complexo. Ela representou, por um lado, uma conquista parcial da sociedade e dos grupos que lutavam pela “anistia geral e irrestrita”, mas, por outro lado, ela foi também uma vitória parcial dos militares e da classe dirigente que aprovou uma anistia limitada e se desobrigou da apuração das responsabilidades e dos crimes cometidos pelo regime.

ARAUJO, Maria P.; SILVA, Izabel P.; SANTOS, Desirree dos R. *Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013. p. 32.

4 Sugestão de abordagem da atividade e gabarito.



### pesquisa

Busque informações sobre os efeitos da reforma eleitoral e partidária de 1979. Sua pesquisa deve responder às seguintes questões:

- ▶ Quais eram os critérios exigidos pela reforma eleitoral para a abertura de um novo partido?
- ▶ Que partidos políticos surgiram a partir da reforma eleitoral de 1979?
- ▶ Quais desses partidos ainda existem?

Mesmo com o governo e seus principais aliados conduzindo o país a uma abertura política, existiam setores civis e militares dispostos a impedir as mudanças rumo à democracia.

Um exemplo dessa postura foi o Atentado ao Riocentro, em 1981, quando um sargento e um capitão do Exército planejaram colocar bombas no pavilhão onde aconteceria um show em homenagem ao Dia dos Trabalhadores. Uma das bombas acabou explodindo antes no colo do sargento, frustrando o atentado. O objetivo desses militares era culpar grupos de oposição e desestabilizar o processo de abertura política.



## organizando a história

- 1 Com base no que você estudou até aqui, escreva as principais causas do desgaste do regime militar no fim da década de 1970.

Os problemas econômicos e sociais oriundos do fim do "milagre econômico" foram as principais causas do desgaste do regime militar, uma vez que afetavam diretamente as camadas mais pobres da sociedade. Essas camadas, ao lado de outras também insatisfeitas com o regime, passaram a se organizar em prol da democratização do país.

- 2 Durante o ano de 1979, pelo menos três acontecimentos foram decisivos para fortalecer o caminho em direção à abertura política. Cite-os.

A revogação do AI-5, promovida pelo Congresso no começo de 1979, iniciada ainda no governo Geisél, a reforma eleitoral e partidária, que colocava fim ao bipartidarismo, abrindo espaço para o surgimento de novos partidos, e a aprovação da Lei da Anistia.

## Diretas Já

Mesmo com as tentativas isoladas de atrapalhar o processo de retomada democrática, a luta por eleições diretas para presidente continuou crescendo no país. Parte dos setores da sociedade compreendia que a única forma de promover a democracia era permitir que as próximas eleições fossem decididas pelo povo, pelo voto direto, e não mais pelo colégio eleitoral.

Inicialmente impulsionado por partidos políticos e organizações tradicionais, em 1983, o movimento por eleições diretas recebeu apoio de boa parte da população, que se identificava com as ideias propostas. A crise econômica brasileira, com o alto custo de vida e os crescentes níveis de desemprego, contribuiu para dinamizar as manifestações populares. Leia o que o historiador Boris Fausto escreveu sobre esse momento do país.



Manifestações pelas eleições diretas para a presidência da República no Plenário da Câmara dos Deputados, em 1984

Daí para a frente, o movimento pelas diretas foi além das organizações partidárias, convertendo-se em uma quase unanimidade nacional. Milhões de pessoas encheram as ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro, com um entusiasmo raramente visto no país.

O movimento das Diretas Já contagiou o país, unindo pessoas de vários segmentos, como trabalhadores das indústrias, estudantes, políticos e celebridades. Um dos destaques da época foi a atuação dos atletas do Sport Club Corinthians Paulista, que levaram para o seu cotidiano de jogos e treinamentos a ideia da democracia. Todas as decisões do time eram tomadas de forma coletiva. Esse movimento ficou historicamente conhecido como Democracia Corinthiana. Além disso, os jogadores participavam ativamente dos atos públicos pelas Diretas Já.

© Folhapress/José Nascimento



O jogador de futebol Sócrates participa de ato pelas Diretas Já, em 1984

Em 1983, o deputado Dante de Oliveira, do MDB, apresentou uma proposta de emenda à Constituição para restabelecer as eleições diretas para a presidência da República. Apesar do grande clamor popular, expresso no movimento das Diretas Já, em abril de 1984, a proposta foi rejeitada em votação na Câmara dos Deputados.

Essa derrota gerou frustração em boa parte da sociedade brasileira, já que o placar da votação havia sido bem apertado.



### interpretando documentos 5 Sugestão de abordagem da atividade e gabarito.

Leia a seguir um trecho da emenda apresentada por Dante de Oliveira.

Art. 74 - O Presidente e Vice-Presidente da República serão eleitos, simultaneamente, entre os brasileiros maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos, por sufrágio universal e voto direto e secreto, por um período de cinco anos. [...]

Art. 148 - O sufrágio é universal e o voto é direto e secreto; os partidos políticos terão representação proporcional, total ou parcial, na forma que a lei estabelecer.

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1983. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/18035>>. Acesso: 4 dez. 2019.

 Qual era a principal mudança proposta por essa emenda constitucional?

Com a derrota da Emenda Dante de Oliveira, a próxima eleição presidencial seria novamente de forma indireta, realizada pelo colégio eleitoral. Nesse contexto, os partidos de oposição se empenharam na escolha de representantes para a eleição.

O nome escolhido pelo PMDB foi Tancredo Neves, político conciliador e de larga experiência pública, que já havia ocupado diversos cargos, entre eles o de governador de Minas Gerais. Para a vice-presidência, José Sarney, político maranhense, também com longa jornada pública, mas que, durante anos, esteve ao lado do regime militar. O PDS, antiga Arena, oficializou o nome do então deputado Paulo Maluf para a disputa.



©Abril Comunicações S.A./Carlos Namba

Tancredo venceu com folga no colégio eleitoral. A eleição, embora tenha sido indireta, ganhou importância pelas ruas do país em virtude da grande expectativa por seu resultado.

Tancredo Neves durante pronunciamento no Congresso Nacional, em Brasília (DF), ao ser proclamado presidente da República pelo colégio eleitoral, em 1985

Entretanto, Tancredo Neves não chegaria a tomar posse. Um dia antes, em 14 de março de 1985, ele foi internado com fortes dores abdominais. Para alguns historiadores, o novo presidente já sabia que estava doente, mas optou por revelar essa informação o mais tarde possível, como forma de impedir que setores militares impossibilitassem a posse de seu vice e o processo de abertura política. Em 21 de abril, Tancredo faleceu e José Sarney assumiu efetivamente a presidência da República.

O governo Sarney foi marcado por grandes desafios econômicos. Além do crescente desequilíbrio das contas públicas, a inflação atingia patamares altíssimos, chegando a mais de 200% ao ano, se considerado o Índice de Preços ao Consumidor (IPC). Como tentativa de conter a inflação e a desvalorização do cruzeiro, a moeda da época, foi criado o **Plano Cruzado**.

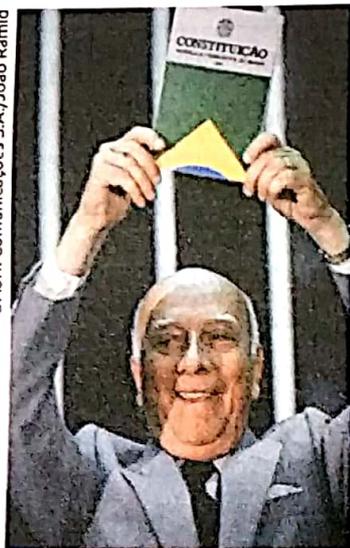
Uma política de congelamento de preços foi adotada e houve a criação do "gatilho salarial", que concedia aumento no salário mínimo automaticamente toda vez que a inflação chegasse aos 20%.

6 Aprofundamento de conteúdo para o professor.

## A Constituição de 1988

Para consolidar a transição para a democracia, iniciou-se um processo de elaboração de uma nova Constituição por meio da Assembleia Nacional Constituinte. Para essa Assembleia, em 1987, foram eleitos representantes com a missão de elaborar e promulgar a nova carta constitucional do Brasil.

©Abril Comunicações S.A./João Ramid



O deputado Ulysses Guimarães mostra a Constituição brasileira, promulgada em 1988

A efervescência da sociedade civil na década de 1980 influenciou significativamente a elaboração dessa Constituição, dando a ela um caráter democrático e plural. Entre suas mudanças, destaca-se a posição do Estado quanto aos conflitos políticos, ficando proibida a tortura, que passou a ser considerada crime. Ações armadas contra o governo também foram qualificadas dessa forma, com o intuito de evitar que novos golpes ocorressem. O voto direto para os cargos de presidente, governador, prefeito, deputados, senadores e vereadores também foi assegurado. Foram estabelecidas inúmeras medidas que beneficiavam os trabalhadores, tais como a criação do seguro-desemprego e a limitação da jornada de trabalho a 44 horas semanais.

Ulysses Guimarães, conhecido pela intensa participação no processo de redemocratização do país, teria dito sobre a Constituição de 1988: "Declaro promulgado o documento da liberdade, da democracia e da justiça social do Brasil".



A nova Constituição garantia a liberdade sindical, o direito de greve e a proibição de discriminação das empresas em virtude de cor, gênero, idade ou estado civil. Essas mudanças em prol dos trabalhadores renderam à Constituição de 1988 o título de "Constituição Cidadã", cunhado pelo deputado Ulysses Guimarães. Leia alguns artigos, parágrafos e incisos da Constituição de 1988 que tratam dos direitos e dos deveres dos indivíduos no Brasil.

### TÍTULO I

#### Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I – a soberania;
- II – a cidadania;
- III – a dignidade da pessoa humana;
- IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V – o pluralismo político. [...]

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: [...]

- VI – defesa da paz;
- VII – solução pacífica dos conflitos;
- VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo; [...]

### TÍTULO II

#### Dos Direitos e Garantias Fundamentais

#### CAPÍTULO I

#### DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;
  - II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
  - III – ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
  - IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
- [...]

#### CAPÍTULO VIII DOS ÍNDIOS

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

- De acordo com a leitura dos trechos da Constituição, responda às questões. 7 Gabarito
- 1 O que estabelece o texto constitucional em relação aos direitos e aos deveres dos indivíduos?
  - 2 E em relação ao racismo?
  - 3 De que maneira o texto constitucional se contrapõe ao AI-5?
  - 4 Conforme estudamos, as Constituições brasileiras até a década de 1960 não trataram dos indígenas. Em contrapartida, a Constituição de 1988 estabeleceu direitos e garantias aos povos indígenas brasileiros. Quais foram esses direitos e essas garantias?

## Eleição de 1989

As eleições de 1989 foram as primeiras diretas para a presidência desde o golpe militar de 1964. Para boa parte dos brasileiros, foi a primeira oportunidade de votar para presidente.

Quem polarizou as eleições daquele ano foram Fernando Collor de Mello, que, na ocasião, havia encerrado seu mandato de governador de Alagoas, e Luiz Inácio Lula da Silva, líder sindical que se destacou nas greves do ABC Paulista e que tinha sido deputado na Assembleia Constituinte.

©Agência Estado/AE/Andre Dusek



Collor trabalhou bastante sua imagem durante a campanha política – aparecia constantemente praticando atividades físicas ao ar livre, buscando demonstrar jovialidade e vitalidade.

©Estadão Conteúdo/AE/Leonardo Castro



Lula despontou no cenário nacional como um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) e líder sindical. Sua aproximação com o Socialismo, no entanto, foi um empecilho para que fosse eleito presidente em 1989.

Ambos foram para o segundo turno das eleições com projetos distintos. Collor trazia um discurso neoliberal, de privatizações, redução do Estado e abertura do mercado brasileiro. Lula defendia reformas que conduzissem à justiça social e à maior igualdade, tendo no Estado um agente forte.

A campanha foi marcada por duros embates, envolvendo inclusive ataques pessoais. Collor venceu as eleições, sustentado pelo discurso contra as regalias de funcionários públicos de alto escalão que não trabalhavam e tinham privilégios, os chamados “marajás”. Outro fator que também influenciou sua vitória foi o medo causado pela ameaça de empresários de deixar o país caso Lula vencesse.

## O governo Collor (1990 a 1992)

O plano de governo do novo presidente foi denominado Plano Collor. Assim como José Sarney durante seu governo, Fernando Collor decretou o congelamento dos preços e mudou

o nome da moeda de cruzado para cruzeiro. Para evitar que essa medida causasse nova onda consumista, como no passado, provocando a alta dos preços e o desabastecimento, o governo confiscou grande parte do dinheiro que a população brasileira possuía nos bancos em poupanças, contas-correntes e investimentos. A promessa era que ele seria devolvido corrigido após 18 meses, dividido em 12 parcelas.

Além dessas medidas, o plano também previa cortes significativos nos gastos públicos, como a extinção de uma série de órgãos estatais, a demissão de vários funcionários públicos e a privatização de empresas governamentais. Para estimular a entrada de produtos estrangeiros no Brasil e inserir o país na economia de mercado, o governo diminuiu os impostos sobre a importação de mercadorias.

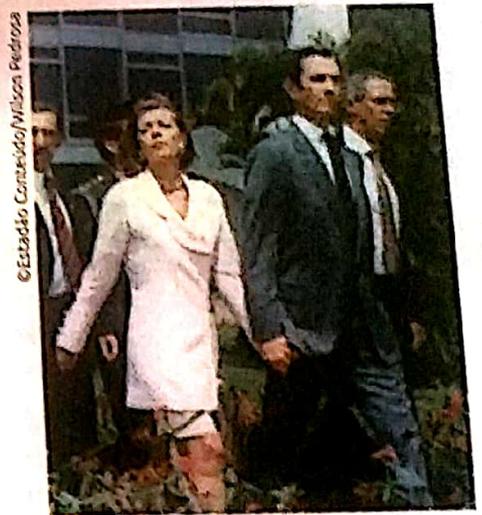
Em um primeiro momento, o Plano Collor obteve sucesso, conseguindo conter a inflação e a alta dos preços. Em pouco tempo, no entanto, o baixo consumo, aliado à entrada de produtos estrangeiros no Brasil, provocou o fechamento de muitas indústrias e aumentou os níveis de desemprego, gerando uma grave crise no país.

Além disso, cresciam as denúncias de corrupção contra seu governo. Collor era acusado de pagar despesas pessoais com dinheiro ilícito. A comoção nacional gerada diante do escândalo levou o Congresso Nacional a abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as acusações.

[8] Aprofundamento de conteúdo para o professor.

A crescente insatisfação com o governo gerou um movimento nas ruas conhecido como Caras Pintadas, composto, em seu início, de jovens estudantes que pintavam o rosto com as cores da bandeira do Brasil e pediam o afastamento do Presidente.

Para reduzir ainda mais a popularidade de Collor, as investigações da CPI revelaram que as acusações de corrupção eram verdadeiras, o que abriu precedente para pedidos de *impeachment* contra o Presidente, ou seja, sua destituição do cargo. Em 2 de outubro de 1992, Collor foi notificado de seu afastamento. Em dezembro, teve seus direitos políticos cassados por oito anos. A presidência foi entregue a seu vice, **Itamar Franco**, que governou até o fim do mandato.



Collor e a primeira-dama Rosane Collor deixam o Palácio do Planalto em 1992

## Itamar Franco e o Plano Real

Itamar Franco buscou construir um governo com estabilidade política, formado por políticos de diferentes partidos e com respaldo na sociedade. Visando resolver a crise econômica, convidou o então ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, para assumir o cargo de ministro da Fazenda. Juntos, lançaram, em julho de 1994, um plano de estabilização da economia, denominado **Plano Real**.

Durante o governo de Itamar Franco, a hiperinflação foi finalmente controlada no Brasil, graças ao Plano Real. No mesmo ano, Fernando Henrique deixou o ministério para concorrer às eleições presidenciais, sendo substituído no cargo de ministro por Rubens Ricupero.

LIMA, Sérgio. Rubens Ricupero, ministro da Fazenda, e o presidente Itamar Franco lançam o real. 1994. 1 fotografia, color.



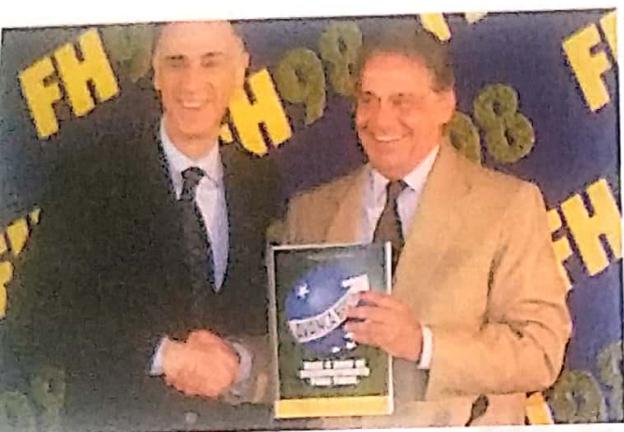
©Folhapress/Sérgio Lima

O Plano Real foi estabelecido seguindo dois eixos principais:

- A busca por equilíbrio nas contas do governo, diminuindo gastos públicos e ampliando as receitas.
- O uso de uma moeda de transição, na época chamada de Unidade Real de Valor (URV), evitando medidas controversas, como confiscos de poupança e congelamento de preços.

Ao contrário dos planos anteriores, o Plano Real não estabelecia o congelamento de preços ou de salários. Previa reformas na estrutura administrativa do país e no sistema econômico, como a contenção dos gastos públicos associada a uma política de privatizações, bem como a equiparação do real ao dólar, aliada a uma alta elevação nas taxas de juros. Com essas medidas, o governo conseguiu atrair investidores estrangeiros ao país e promover a modernização das indústrias nacionais.

## Os governos FHC (1995 a 2002)



©Abril Comunicações S.A./Ana Araújo

FERNANDO Henrique Cardoso, com Marco Maciel, apresenta seu programa de governo. 1998. 1 fotografia, color.

O controle da inflação e a estabilidade econômica nos primeiros meses após o lançamento do Plano Real resultaram na eleição de Fernando Henrique Cardoso

9 Aprofundamento de conteúdo para o professor.

ções de várias empresas estatais e o fim dos monopólios em vários setores da economia, especialmente na indústria petrolífera e na área de telefonia. Isso levou vários partidos políticos da oposição a reagir ao que consideravam uma política aliada aos interesses neoliberais estadunidenses.

Reeleito para um segundo mandato, FHC enfrentou uma crise de desvalorização do real, em 1999, causada por dificuldades de manutenção da política cambial no país.

Um dos problemas que alimentavam a crise do Plano Real residia na equiparação do real ao dólar, medida que encarecia os produtos fabricados no Brasil. Isso aumentava a procura por produtos importados. Essa situação gerou consequências negativas, como falência de várias empresas nacionais, altos índices de desemprego, diminuição da exportação e aumento do déficit na balança de exportações brasileiras (entravam mais produtos importados do que saíam produtos nacionais).

Embora FHC tenha conquistado a manutenção da estabilidade econômica do país, ao final de seu segundo mandato, alguns problemas estruturais permaneciam intactos, em especial a forte desigualdade social e o desemprego. Nesse cenário, **Luiz Inácio Lula da Silva** despontou como favorito nas eleições de 2002. Em sua campanha, Lula se esforçou para se desvincular da imagem radical, que assustava principalmente a classe média. Sua estratégia foi acertada e Lula foi eleito presidente do Brasil.



## organizando a história

10 Gabarito

- 1 Explique de que maneira a alta inflação registrada no Brasil nos anos de 1988 a 1993 interferia no cotidiano das pessoas.
- 2 Cite uma consequência positiva do Plano Real para a economia brasileira.
- 3 Descreva uma consequência negativa desse plano para a indústria nacional.

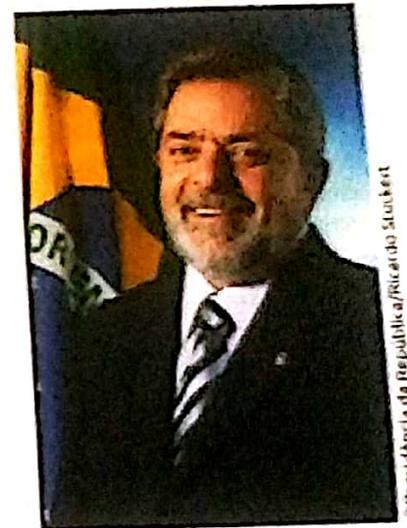
## O Brasil no século XXI

Ao longo de seus mandatos, Lula adotou um tom moderado e buscou conciliar políticas econômicas herdadas de FHC com políticas sociais que reduzissem a pobreza. Sua equipe econômica apostava em um modelo de estímulo ao consumo interno para gerar crescimento econômico.

O governo de Lula dispensou atenção à redistribuição de renda entre a população, com vistas a diminuir a desigualdade social no país. Nesse sentido, destacou-se a criação do Programa Bolsa Família e do Programa Universidade Para Todos (Prouni). O primeiro se destina à redistribuição direta de renda com a concessão de valores mensais a famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. Em contrapartida, as famílias se comprometem a manter as crianças com a vacinação em dia e frequentando a escola. Já o Prouni concede bolsas de estudo em universidades particulares a alunos oriundos de escola pública.

A manutenção da estabilidade política, aliada aos programas sociais, fez com que o Presidente conquistasse ampla aprovação em seu governo, sobretudo em seu primeiro mandato.

Em 2005, no entanto, surgiram denúncias de corrupção. Havia a suposição de que membros de sua base aliada ofereciam valores mensais a políticos de oposição para que votassem favoravelmente nos projetos do governo. Os envolvidos nesse esquema, que ficou conhecido como "mensalão", foram investigados e vários deles, condenados pelo Supremo Tribunal Federal em 2012. Essas denúncias, no entanto, não prejudicaram os planos de reeleição do Presidente, que assumiu um segundo mandato em 2007.



STUCKERT, Ricardo. Foto oficial do presidente da República. 2007. 1 fotografia, color.

O agravamento das desigualdades sociais durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, aliado a uma bem-sucedida campanha de marketing, levou o ex-líder sindical ao cargo de presidente por dois mandatos consecutivos, em 2002 e 2006.

Nesse ano, Lula criou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da economia aumentando a destinação de recursos públicos para as áreas de infraestrutura, crédito e financiamento, ajustando a regulação da legislação ambiental e fazendo uma revisão de impostos. Esse programa foi reeditado e, em 2010, foi lançado o PAC 2.



©Palácio do Planalto/Roberto Stuckert Filho

STUCKERT FILHO, Roberto. Foto oficial da presidente da República. 2011. 1 fotografia, color.

Os altos índices de popularidade do presidente Lula garantiram a eleição de sua sucessora, Dilma Rousseff, também do Partido dos Trabalhadores (PT).

Nas eleições de 2010, Lula apoiou a candidatura de **Dilma Rousseff** para a presidência da República. Ela havia sido ministra de Minas e Energia e chefe da Casa Civil durante seu governo. A disputa se polarizou entre Dilma e o candidato José Serra. Dilma ganhou as eleições no segundo turno, com pouco mais de 55% dos votos, tornando-se a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente do Brasil.

A Presidente deu continuidade aos projetos sociais, como o Programa Fome Zero, criado em 2003 e que retirou o Brasil temporariamente do mapa da fome da ONU. Nas eleições de 2014, Dilma venceu novamente com 51,64% dos votos válidos. A pequena diferença entre seus votos e os de seu principal oponente, Aécio Neves, que obteve 48,36%, apontava para a divisão política no país. No ano de 2015, destacaram-se o aprofundamento da crise econômica, o aumento do desemprego e as investigações de casos de corrupção em todas as esferas de poder.

Durante seus dois governos, Dilma Rousseff procurou construir uma política econômica que mantinha algumas das características de seus antecessores, mas com um grau maior de protagonismo do Estado em relação ao processo de desenvolvimento.

Durante seu primeiro mandato, ela enfrentou uma das maiores ondas de protestos do país desde o fim da ditadura: as chamadas "jornadas de junho", em 2013. Movimentos que começaram contra o aumento das passagens de ônibus em São Paulo ganharam as ruas de todo o país, ampliando sua pauta para temas como saúde e educação.

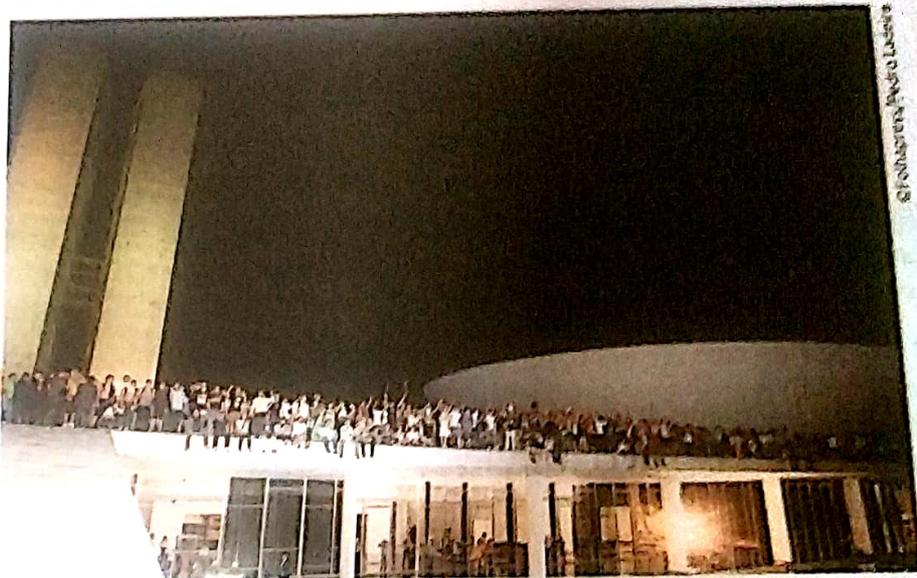
Em seu segundo mandato, a Presidente anunciou medidas econômicas que iam de encontro ao que havia prometido durante a campanha para a reeleição. Tais medidas se aproximavam do programa apresentado por Aécio Neves em sua campanha eleitoral. Foram anunciadas mudanças no seguro-desemprego, nas pensões por morte e no abono salarial. Essas mudanças no projeto econômico fizeram com que o governo perdesse apoiadores e deram voz à oposição que questionava a legitimidade do seu mandato.

As chamadas "jornadas de junho" levaram milhares de pessoas às ruas. O Movimento Passe Livre deu início aos protestos em razão do aumento da passagem dos coletivos urbanos de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. Com o passar dos dias, novas pautas foram sendo inseridas para a realização dos protestos, abrangendo inclusive o *impeachment* de Dilma Rousseff. Não há consenso sobre os principais motivos que levaram à reunião de tantas pessoas protestando. Contudo, muitos afirmavam que era bastante positivo a população brasileira ir às ruas para exigir seus direitos. As manifestações começaram de forma pacífica, porém a falta de objetivos

claros descaracterizou os protestos, tornando-os violentos. Ocorreram saques, destruição do patrimônio público e confrontos com as forças policiais.

A polarização política presente em diversos países do mundo mostrava sua face em terras brasileiras com o crescimento do antipetismo, que se intensificou na luta pela retirada de Dilma Rousseff do poder. De acordo com as historiadoras Lilia M. Schwarcz e Heloisa M. Starling na obra *Brasil: uma biografia*, foi durante as manifestações de 2013 que uma nova forma de protestar surgiu no país. Diferentes grupos, como os movimentos LGBT, antirracistas, movimentos estudantis, entre outros, ocuparam o mesmo espaço de reivindicação. Também segundo as autoras, foi nesse momento que as posturas mais intransigentes, pautadas pelo ódio e sem nenhuma disposição ao diálogo, ficaram mais visíveis.

Uma das cenas marcantes nos protestos de junho de 2013 foi quando manifestantes ocuparam o Congresso Nacional. As imagens se difundiram pelo mundo e evidenciaram a insatisfação crescente na sociedade brasileira.



Diante desse quadro, cresceu o movimento pelo *impeachment* de Dilma. O motivo alegado para a abertura do processo foram as denominadas “pedaladas fiscais”.

Serviu de base do processo o recurso das chamadas “pedaladas fiscais”. O termo é usado pelos técnicos da área econômica para indicar a postergação pela União de um pagamento de um mês para o outro ou de um ano para o outro. O expediente das pedaladas engorda o caixa do Tesouro e permite inflar artificialmente o superávit primário, de modo a criar a ficção de que o resultado obtido pelo governo melhorou – e esse fora um procedimento já utilizado por gestões anteriores do governo federal. Já a metáfora se aplica perfeitamente ao caso – afinal, se um ciclista parar de pedalar, a bicicleta tomba.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 517.

A Câmara dos Deputados aceitou o pedido de afastamento da Presidente em 17 de abril de 2016 e o Senado confirmou a decisão em 31 de agosto do mesmo ano.

O segundo mandato de Dilma Rousseff durou um ano e meio. Foi marcado pelo desemprego em alta, pelo aprofundamento da crise econômica, pelas denúncias de corrupção e pelas dificuldades impostas pelo Congresso Nacional à discussão e aprovação de medidas propostas pelo governo.



## interpretando documentos

- ☐ O afastamento da presidente Dilma Rousseff não teve apenas uma interpretação. Tanto dentro como fora do país, as opiniões se dividiram e ainda nos dias atuais são divergentes. A esse respeito, leia o fragmento a seguir e, depois, responda às questões.

O afastamento definitivo de Dilma Rousseff da Presidência da República é sem dúvida o capítulo mais vergonhoso da história política brasileira. Acusada de praticar uma manobra contábil, as chamadas "pedaladas fiscais", contra ela não foram levantadas quaisquer suspeitas de enriquecimento ilícito ou aproveitamento do cargo em benefício próprio, ainda que sua vida, privada e pública, tenha sido vasculhada com lupa por seus adversários. Se ela cometeu crime de responsabilidade, também o fizeram e deveriam perder o cargo 16 dos 27 atuais governadores, que usaram o mesmo artifício para fechar as contas em seus estados.

RUFFATO, Luiz. *O golpe contra Dilma Rousseff*. 1º set. 2016. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/opinion/1472650538\\_750062.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/opinion/1472650538_750062.html)>. Acesso em: 26 nov. 2018.

- 1 De acordo com o trecho, por que é considerado vergonhoso o afastamento de Dilma Rousseff?
- 2 Qual é o argumento dos que foram favoráveis ao afastamento da Presidente?
- 3 É possível ter opiniões contrárias e mesmo assim estar aberto ao debate? Justifique a sua resposta.

11 Gabarito



## O governo Temer (2016 a 2018)

No lugar de Dilma, assumiu o vice Michel Temer (PMDB). Seu mandato teve como eixo central uma política econômica oposta à de Dilma, retomando políticas de privatização e de redução do papel do Estado na economia.

Uma das medidas mais controversas foi a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos, que limita o crescimento das despesas governamentais por 20 anos. Além disso, o governo Temer aprovou a Reforma Trabalhista, que ampliou a possibilidade de terceirização de diversas atividades, estabeleceu como opcional a contribuição sindical, estipulou o fracionamento do período de férias, entre outras medidas que causaram preocupação aos trabalhadores brasileiros. Mas o Presidente não conseguiu levar adiante a proposta de Reforma Previdenciária. Com baixíssimo índice de aprovação, Temer não realizou grande parte das promessas feitas em seu discurso de posse.

As eleições de 2018 foram marcadas pela falta de debate e pela polarização, ampliada com a divulgação de *fake news*. Em um país convulsionado pela violência, chegaram ao segundo turno, ocorrido em 7 de outubro, Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), e Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL). Bolsonaro venceu, de acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com 55,13% dos votos.

12 Justificativa da seleção de conteúdos.

## A sociedade brasileira na atualidade

A elaboração da Constituição de 1988 e a conquista alcançada para debater temas relacionados à liberdade de expressão e problemas da sociedade brasileira trouxeram à tona questões oriundas do Período Colonial. Tais problemas se referem à desigualdade

socioeconômica gerada pelo desequilíbrio de oportunidades e pela concentração de renda em uma pequena porcentagem da população.

Os economistas, os sociólogos e os demais profissionais que estudam a sociedade brasileira indicam como uma das ações necessárias para a diminuição da concentração de renda (que está em apenas 10% da população) o acesso à educação para todos os cidadãos. É importante ressaltar que essa medida está atrelada a várias outras, como a alimentação e o cuidado na infância, a assistência às famílias carentes, a saúde, etc., as quais possibilitam a aquisição de conhecimentos.

Ao longo dos anos, identificam-se avanços graduais nos números da educação no país; contudo, observa-se a manutenção das desigualdades que têm, historicamente, limitado o acesso, a progressão e as oportunidades, principalmente, da população negra, de nordestinos e da população rural à educação. Em grande parte dos indicadores educacionais, as mulheres se sobressaem aos homens. No entanto, o tema de gênero não está resolvido, sobretudo porque muitos são os desafios marcados pelo sexismo enfrentado pelas mulheres nas escolas e na carreira acadêmica, com atenção especial à situação das mulheres negras, que estão em desvantagem em relação às mulheres brancas e aos homens brancos em todos os indicadores.

Na luta pela igualdade de condições, a população brasileira afrodescendente promoveu a organização de diversas associações com o objetivo de lutar pelo fim do racismo e todas as suas consequências. Entre essas associações, destaca-se o Movimento Negro Unificado (MNU), criado em 1978.

Foi durante a Nova República que a denominada "imprensa negra" (envolvendo revistas e jornais) ampliou a atuação em prol da luta contra o racismo – podemos citar *Nzinga*, no Rio de Janeiro, *Quilombo*, em Piracicaba, *Nêgo*, em Salvador, *Ébano*, em São Paulo, e *Tiçã*, no Rio Grande do Sul.

Os movimentos negros lutaram para que, em 13 de maio, data comemorativa da abolição da escravidão, fosse instituído o Dia Nacional da Denúncia contra o Racismo. Também reivindicaram a criação do Dia Nacional da Consciência Negra, em 20 de novembro, data que faz referência à morte de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares. Contudo, apesar de ambas as datas serem comemoradas, apenas a segunda foi instituída por lei.

No início do século XXI, as organizações que trabalham em busca de igualdades de condições entre negros e brancos se especializaram e lutaram em determinados setores: educação, direito, saúde, etc. Como resultado dessas lutas, no ano de 2003, foi criada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). No mesmo ano, foram estabelecidas as cotas raciais para ingresso nas universidades públicas e a Lei n.º 10.639 estipulou a obrigatoriedade de inclusão nos currículos escolares de temáticas da História da África e da cultura afro-brasileira.

22 (ENEM)

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2017.

A persistência das reivindicações relativas à aplicação desse preceito tem em vista a vinculação histórica fundamental entre

- a) etnia e miscigenação racial.
- b) sociedade e igualdade jurídica.
- c) espaço e sobrevivência cultural.
- d) progresso e educação ambiental.
- e) bem-estar e modernização econômica.

23 (ENEM)

A demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, passou a ser particularmente apoiada com a promulgação da Lei 10.639/2003, que alterou a Lei 9.394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas.

DIRETRIZES Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

A alteração legal no Brasil contemporâneo descrita no texto é resultado do processo de

- a) aumento da renda nacional.
- b) mobilização do movimento negro.
- c) melhoria da infraestrutura escolar.
- d) ampliação das disciplinas obrigatórias.
- e) politização das universidades públicas.

24 Marque I para as alternativas que correspondem ao governo de Itamar Franco, F para as de FHC e L para as de Lula.

- (F) Manteve uma política de estabilidade econômica e adotou um modelo neoliberal, marcado por privatizações.
- (L) Embora tenha mantido a base econômica de seu antecessor, procurou promover políticas de redução da pobreza no país.
- (I) Uma de suas metas como presidente foi manter a estabilidade democrática, constituindo um governo com políticos de variados partidos, com respaldo na sociedade.
- (I) Em seu governo foi elaborado e executado o Plano Real.
- (L) Uma das marcas de seu governo foi a promoção de uma política externa focada nos países emergentes.
- (F) Em seu mandato, o real sofreu dura crise de desvalorização.

25 Na educação, as condições são iguais para todos os brasileiros? Justifique a sua resposta.

Espera-se que os alunos respondam que, na educação, as condições não são iguais a todos os brasileiros, apesar das leis estabelecidas em prol da igualdade. As populações negras, indígenas, mestiças e de baixa renda, que muitas vezes, precisaram lidar com a exclusão durante a infância, não têm as mesmas condições para o ingresso na escola.